XXI – garantir a governança da política por meio de instrumentos participativos e transparentes;

XXII - fomentar a criação de mecanismos de financiamento e apoio à agricultura urbana e periurbana de Belém por meio da criação de editais de fomento, fundos públicos e/ou privados específicos, cooperação com políticas complementares nas três esferas da federação e parcerias com o setor privado e organizações da sociedade civil.

Art. 3º São instrumentos da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana de Belém:

I – mecanismos de crédito, seguro, fomento e incentivos;

II – capacitação e assistência técnica;

III – pesquisa;

IV – credenciamento, reconhecimento e certificação de produtos e produtores;

V – cooperação com a União, estados, municípios, instituições de pesquisa, empresas e organizações sociais.

Art. 4º A Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana de Belém contemplará:

I – o incentivo a práticas de cultivo, criação, manejo, processamento e comercialização de produtos sustentáveis, com baixa emissão de gases de efeito estufa e realizadas em base agroecológica;

II – a garantia da pesquisa, capacitação e assistência técnica direcionadas ao bom desempenho da Política;

III – a oferta de mecanismos de financiamento e apoio à agricultura urbana e periurbana de Belém;

IV – o apoio a formação de cooperativas de produção e comercialização dos produtos e serviços da agricultura urbana e periurbana que promovam práticas justas e transparentes;

V – o apoio a agregação de valor aos produtos da agricultura urbana e periurbana;

VI – a criação de programas de incentivo a prática da agricultura em espaços institucionais públicos, como escolas, unidades de saúde, dentre outros;

VII – a criação de programas de inclusão social de grupos socialmente vulneráveis às ações de fomento à agricultura urbana e periurbana em Belém;

VIII – a melhoria das condições logísticas de distribuição e comercialização dos produtos provenientes da agricultura urbana e periurbana de Belém por meio da garantia das infraestruturas necessárias, como centrais de compra, distribuição e armazéns municipais;

IX– o apoio à comercialização dos produtos provenientes da agricultura urbana e periurbana de Belém nos equipamentos públicos municipais existentes, tais como feiras-livres, mercados públicos municipais e a promoção de feiras de produtores;

X – o apoio a aproximação entre produtores e consumidores do Município e da Região Metropolitana de Belém, de forma a incentivar a economia local;

XI – a viabilização da compra de produtos da agricultura urbana e periurbana para abastecimento das escolas, creches, asilos, restaurantes populares, hospitais e entidades assistenciais públicas qualquer serviço público municipal que envolva distribuição e consumo de alimentos;

XII – o apoio ao credenciamento e às formas de reconhecimento da qualidade orgânica previstas no SisOrg e outras certificações pertinentes ao contexto da agricultura urbana e periurbana de Belém;

XIII – a promoção da defesa sanitária animal e vegetal;

XIV – a promoção do aprimoramento do uso da água pela agricultura urbana e periurbana com incentivos a captação de água de chuva, o uso de cisternas, a eficiência da irrigação;

XV – a promoção da compostagem de resíduos orgânicos e de poda urbana e a sua destinação como insumo para a agricultura urbana e periurbana;

XVI – a promoção de campanhas públicas de comunicação e/ou educativas para incentivar o consumo dos produtos da agricultura urbana e periurbana de Belém;

XVII– promoção da inclusão dos princípios da agroecologia no conteúdo das disciplinas da rede de ensino pública municipal e da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque “Professor Eidorfe Moreira” - FUNBOSQUE;

XVIII – a identificação de imóveis públicos e privados não utilizados ou subutilizados aptos para destinação à agricultura urbana e periurbana;

XIX– o estabelecimento de parcerias para a cessão de imóveis públicos não utilizados ou subutilizados para o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana, conforme regulamentação específica;

XX – a criação de programas de orientação e estímulo à cessão de uso de imóveis particulares não utilizados ou subutilizados para o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana;

XXI – a realização de pesquisas sobre a agricultura urbana e periurbana de Belém;

XXII – orientação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução e das ações desenvolvidas.

Art. 5º A Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana de Belém será desenvolvida e planejada de forma descentralizada e integrada às políticas sociais e de desenvolvimento urbano, mediante cooperação com a União e o Estado, de acordo com sua autonomia e competência.

Art. 6º A Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Belém deve ser acompanhada por um conselho intersetorial para integrar, articular, acompanhar e avaliar as ações do poder municipal voltadas para o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana, ao qual deve ser garantido os meios de colaboração e fiscalização em regulamentação específica.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias e convênios com a União, com o Estado, com outros Municípios, com cooperativas de produtores, de trabalho, com empresas, bem com entidades nacionais e estrangeiras afins, para alcançar os objetivos previstos nesta Lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, 24 DE JULHO DE 2023.

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Prefeito Municipal de Belém

LEI Nº 9.917 DE 24 DE JULHO DE 2023.

Cria o Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – CMSPDS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Belém,

Faço saber que a Câmara Municipal de Belém, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social - CMSPDS, integrante da estrutura da Guarda Municipal de Belém, para fins de suporte administrativo, operacional e financeiro, em observância às diretrizes da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

Art. 2º O Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social - CMSPDS, órgão colegiado de natureza consultiva, sugestiva, deliberativa e de acompanhamento social das atividades de segurança pública e defesa social, tem por finalidade, respeitando as demais instâncias decisórias e as normas da Administração Pública, formular, propor, acompanhar, estimular estratégias e diretrizes para as políticas públicas municipais de prevenção, controle e repressão da violência, para valorização e defesa da vida humana, trabalhando de forma articulada e promovendo a participação social.

CAPÍTULO II **DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social - CMSPDS:

I - estimular os órgãos participantes do Conselho no desenvolvimento de medidas preventivas e educativas, objetivando otimizar esforços e recursos na prevenção social da violência;

II - acompanhar e fiscalizar a elaboração, implantação e execução do Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social;

III - propor e estimular aos órgãos públicos e privados e entidades da sociedade civil organizada, à adoção de medidas de caráter social que contribuam para melhoria da qualidade de vida da população, visando prevenir e/ou minimizar situações de conflito social;

IV - buscar o permanente diálogo e cooperação entre a sociedade civil organizada e o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social que atuam no Município;

V - sugerir para os órgãos responsáveis, prioridades de ação na área de segurança pública e defesa social nos assuntos e necessidades que envolvam o Município;

VI – propor, estimular e divulgar audiências públicas, seminários, cursos, pesquisas, estudos e campanhas ligados à segurança pública e defesa social, bem como intercâmbio com outros conselhos similares visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum e a troca de experiências;

VII - propor programas, estratégias e ações de valorização dos Agentes de Segurança Pública do Município;

VIII – propor, receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes, petições, representações, denúncia ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, em razão da violação ou risco da integridade física ou patrimonial no Município, respeitando os trâmites processuais legais;

IX - encaminhar junto ao Município as demandas relacionadas às políticas públicas de competência do Conselho;

X - analisar e encaminhar sugestões, providências e reivindicações de entidades da sociedade civil relacionados com os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social;

XI - apoiar atividades desenvolvidas por órgãos públicos de outras esferas e de organizações não governamentais, relativas à prevenção social, assistencial e educacional da violência, promovendo entendimentos com organizações e instituições congêneres;

XII - propor ações e medidas integradas com o objetivo de estimular a participação da Administração Pública Municipal e da sociedade civil organizada na Segurança Pública e Defesa Social do Município; e

XIII – elaborar e aprovar o seu regimento interno.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho será composto pelos seguintes membros titulares, designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal:

- I - 1 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
- II – 1 (um) representante da Guarda Municipal de Belém (GMB);
- III – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC);
- IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde (SESMA);
- V - 1 (um) representante da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOMB);
- VI – 1 (um) representante da Comissão Municipal de Defesa Civil de Belém;
- VII – 1 (um) representante da Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS);
- VIII – 1 (um) representante da Coordenadoria Antirracista de Belém (COANT);
- IX – 1 (um) representante da Coordenadoria da Mulher (COMBEL);
- X - 1 (um) representante indicado pela Câmara Municipal de Belém;
- XI – 1 (um) representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social;
- XII – 1 (um) representante da Polícia Civil do Estado do Pará;
- XIII - 1 (um) representante da Polícia Militar do Estado do Pará;
- XIV – 1 (um) representante do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará;
- XV – 1 (um) representante da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Pará;
- XVI – 1 (um) representante da Polícia Científica do Pará;
- XVII – 1 (um) representante da Polícia Federal;
- XVIII – 1 (um) representante da Polícia Rodoviária Federal;
- XIX – 1 (um) representante do Ministério Público do Estado do Pará;
- XX – 1 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Pará;
- XXI – 1 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Pará;

XXII – 1 (um) representante da Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos;

XXIII – 22 (vinte e dois) representantes da sociedade civil organizada, observando os seguintes termos:

- a) 1 (um) representante da OAB – Seção Pará;
- b) 2 (dois) representantes de entidades de profissionais de segurança do Município;
- c) 2 (dois) representantes do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA;
- d) 2 (dois) representantes do Movimento da Luta Antimanicomial (MLA) do Pará;
- e) 2 (dois) representantes da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH);
- f) 1 (um) representante para cada um dos oito distritos administrativos do Município de Belém, sendo eles: Mosqueiro – DAMOS; Entroncamento – DAENT; Outeiro – DAOUT; Sacramenta – DASAC; Belém – DABEL; Icoaraci – DAICO; Guamá – DAGUA; e Benguí – DABEN;
- g) 5 (cinco) representantes de organizações da sociedade civil, desde que sua finalidade esteja relacionada com Políticas de Segurança Pública e Defesa Social e/ou promoção e Defesa dos Direitos Humanos, como associação de bairros, sindicatos, grêmio de alunos, entre outros.

§ 1º Para cada membro titular com direito de voz e voto, deverá ser indicado um membro suplente, com os mesmos direitos e obrigações, que o substituirá no caso de ausência ou impedimento.

§ 2º O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, permitido apenas uma recondução ou reeleição.

§ 3º Os representantes das entidades civis poderão ser indicados pelas suas respectivas entidades e os demais representantes indicados da população e dos distritos, serão eleitos por meio de processo aberto, conforme convocação pública e critérios objetivos previamente definidos pelo Conselho.

§ 4º As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, a qualquer título, sendo, porém, consideradas como serviço público relevante, para todos os fins.

CAPÍTULO IV DA DIREÇÃO

Art. 5º O Conselho contará com 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 01 (um) Secretário Executivo.

§ 1º O Presidente do Conselho será designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, dentre os membros titulares do Conselho.

§ 2º O Vice-Presidente será eleito pelos membros do Conselho, entre seus pares, na forma estabelecida no regimento interno.

§ 3º O Secretário Executivo será designado pelo Presidente do Conselho.

Art. 6º Caberá ao Presidente do Conselho:

- I – gerir os recursos destinados ao Conselho;
 - II – dirigir e fiscalizar todas as atividades do Conselho;
 - III – representar perante autoridades, órgãos, entidades e pessoas para o cumprimento das finalidades institucionais do Conselho;
 - IV – proferir voto de desempate nas deliberações do Conselho, quando necessário; e
 - V – exercer outras atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho.
- Art. 7º Para cumprir suas finalidades institucionais, o Conselho no exercício de suas atribuições poderá:
- I - solicitar documentos e informações necessárias para as atividades do Conselho;
 - II – convidar órgãos, entidades e pessoas para reunião do Conselho; e
 - III – solicitar às autoridades municipais competentes a designação de servidores para o exercício de atividades específicas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Guarda Municipal de Belém e observarão os limites

impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a capacidade orçamentária do Município de Belém, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a abrir crédito especial no orçamento de 2023, por remanejamento de recursos orçamentários, de modo a incorporar as alterações previstas nesta Lei, respeitando a integridade do Plano Plurianual do Município de Belém e do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o exercício de 2023.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei n.º 8.302, de 19 de janeiro de 2004.
GABINETE DO PREFEITO, 24 DE JULHO DE 2023.

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Prefeito Municipal de Belém

LEI Nº 9.918 DE 24 DE JULHO DE 2023.

Institui, no Município de Belém, o Dia Municipal das Pessoas Cuidadoras de Animais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Belém,

Faço saber que a Câmara Municipal de Belém, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Belém, o Dia Municipal das Pessoas Cuidadoras de Animais, a ser celebrado, anualmente, no dia 10 de agosto.

Parágrafo único. Nos termos desta Lei, entende-se como pessoa cuidadora de animais, que seja qualquer pessoa física ou jurídica, sem fins lucrativos, que protege, alimenta, fornece água e medicação aos animais, sem recolhê-los.

Art. 2º A data visa sensibilizar a sociedade em geral sobre o papel das pessoas cuidadoras de animais.

Art. 3º A data instituída passará a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Belém.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, 24 DE JULHO DE 2023.

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Prefeito Municipal de Belém

LEI Nº 9.919 DE 24 DE JULHO DE 2023.

Institui, no Município de Belém, o Dia Municipal do Coveiro e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Belém,

Faço saber que a Câmara Municipal de Belém, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Belém, o Dia Municipal do Coveiro, a ser celebrado, anualmente, no dia 05 de abril.

§ 1º Na semana do dia 05 de abril, a Câmara Municipal de Belém, poderá realizar sessão especial para homenagear este profissional, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

§ 2º A data instituída passará a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Belém.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, 24 DE JULHO DE 2023.

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Prefeito Municipal de Belém

LEI Nº 9.920 DE 24 DE JULHO DE 2023.

Institui, no Município de Belém, o Dia Municipal do Veganismo Popular e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Belém,

Faço saber que a Câmara Municipal de Belém, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Belém, o Dia Municipal do Veganismo Popular, a ser celebrado, anualmente, no dia 1º de novembro.

Art. 2º A data visa sensibilizar a sociedade em geral sobre a importância do veganismo popular.

Art. 3º A data instituída passará a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Belém.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, 24 DE JULHO DE 2023.

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Prefeito Municipal de Belém

LEI Nº 9.921 DE 24 DE JULHO DE 2023.

Institui, no Município de Belém, a Semana Municipal de Conscientização e Combate ao Capacitismo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Belém,

Faço saber que a Câmara Municipal de Belém, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Belém, a “Semana Municipal de Conscientização e Combate ao Capacitismo”, a ser realizada, anualmente, na primeira semana de dezembro.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se “capacitismo” como uma forma de preconceito contra Pessoas com Deficiência (PcD), que envolve a preconceção sobre as capacidades de uma pessoa, desvalorizando-as em função de alguma deficiência.

Art. 3º Esta Lei tem por objetivos:

I – dar visibilidade à problemática do capacitismo nos espaços públicos e estabelecimentos privados, bem como nos meios escolares, acadêmico, laboral e esportivo;

II – incentivar a inclusão das pessoas com deficiência em atividades que contribuam com o seu desenvolvimento social;

III – contribuir com a disseminação de informações que incentivem o combate ao preconceito e à discriminação contra a pessoa com deficiência, praticados por meio do capacitismo.

Art. 4º A data instituída passará a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Belém.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, 24 DE JULHO DE 2023.

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Prefeito Municipal de Belém

LEI Nº 9.922 DE 24 DE JULHO DE 2023.

Institui, no Município de Belém, a Semana Municipal de Combate ao Crime de Importunação Sexual e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Belém,

Faço saber que a Câmara Municipal de Belém, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Belém, a Semana Municipal de Combate ao Crime de Importunação Sexual, a ser realizada anualmente, na segunda semana do mês de abril.

Parágrafo único. Considera-se conduta de importunação sexual a realização de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.

Art. 2º A Semana Municipal de Combate ao Crime de Importunação Sexual passará a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Belém.

Art. 3º A Semana Municipal de Combate ao Crime de Importunação Sexual tem por objetivo conscientizar, sensibilizar e informar a sociedade em geral sobre as condutas que geram o citado crime.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, 24 DE JULHO DE 2023.

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Prefeito Municipal de Belém